



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.524, DE 2020

(Do Sr. Ruy Carneiro)

Incluí as seguintes categorias de transporte de passageiros e cargos na lista de prioridade para vacinação à COVID-19.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5462/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório a inclusão na primeira fase de vacinação ao COVID-19 as seguintes categorias:

I – Profissionais da educação;

II - indivíduos com condições de saúde que estão relacionadas a casos mais graves de Covid-19;

III – motoristas de transporte remunerado privado individual de passageiros;

IV – Profissionais “motoboys”.

V – Motoristas e cobradores de transportes públicos;

VI – Profissionais motoristas de transporte rodoviário;

VII – Profissionais taxistas;

VIII - Profissionais de segurança pública.

Art. 2º Ato do poder executivo regulamentará a execução desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a aproximação da liberação das vacinas ao COVID-19, entra em pauta a discussão sobre quais grupos devem ser priorizados na vacinação.

Os planos governamentais de vacinação colocam devidamente idosos e profissionais da saúde como prioridade - e assim deve ser em todo o Brasil. No entanto, o governo negligencia as necessidades dos motoristas, motoboys, profissionais da segurança pública e da educação no Brasil, que também devem ser inseridos nas listas de prioridade em razão das atividades que exercem.

A segunda categoria mais afetada pela pandemia são os profissionais de transporte, de acordo com o pesquisador Yuri Oliveira Lima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A probabilidade de contágio destes profissionais é de setenta e um por cento (71%). Todos eles desempenham e desempenham um papel fundamental

na sociedade: transportando pessoas, principalmente os profissionais de saúde e da segurança pública, e mercadorias de primeira necessidade.

Além disso, há meses se discute a reabertura das escolas, buscando o retorno da normalidade das aulas em 2021. Com a priorização da vacinação das trabalhadoras e trabalhadores da educação do Brasil poderíamos retomar as atividades escolares presenciais de uma forma mais segura e permanente.

O poder legislativo brasileiro não pode se manter leniente a omissão do governo e precisa tratar com o devido respeito e necessidades destas categorias profissionais.

Face ao exposto, convido todos para a discussão e peço o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2020.

Deputado RUY CARNEIRO

FIM DO DOCUMENTO
